

De volta ao futuro da língua portuguesa.

Atas do X^o CONGRESSO Mundial de Estudos de Língua Portuguesa

Simpósio 55 - Construção e desconstrução de fronteiras geo-linguística, sócio-culturais e literárias, 2077-2098

ISBN 978-88-8305-127-2

DOI 10.1285/i9788883051272p2077

<http://siba-esel.unisalento.it>, © 2017 Università del Salento

O ESPAÇO LINGÜÍSTICO FRONTEIRIÇO LUSO-ESPAANHOL. PERCURSOS PARA A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES. UM OLHAR NA RAIA ALENTEJANA / *RAYA EXTREMEÑA*

Mariagrazia RUSSO⁴¹

RESUMO

As áreas linguísticas nem sempre coincidem com as fronteiras geopolíticas. Este artigo quer oferecer uma panorâmica completa de todas as faixas fronteiriças luso-espanholas onde existem ou existiam variedades linguísticas diferentes em relação ao respectivo padrão, pondo desta forma em evidência características asturo-leonesas em espaços politicamente portugueses e fenómenos linguísticos lusitanos em zonas espanholas. Os instrumentos tecnológicos actuais assim como algumas soluções da Comunidade Europeia permitem dar novo rumo à realidade social destes territórios de fronteira, permitindo uma revitalização de um passado que, longe de nostálgicos regressos a tempos decorridos, possam porém responder às exigências de minorias identitárias e sobretudo de uma justa valorização do património cultural de ambas as nações.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira; raia alentejana; mirandês; barranquenho oliventino.

1. Marcas linguísticas identificativas

A fronteira linguística entre as duas línguas românicas espanhola e portuguesa é dada macroscopicamente pelos traços distintivos da conservação/queda do -L- e do -N- intervocálicos latinos, assim como da ditongação/não ditongação das vogais breves latinas.

LÍNGUA PORTUGUESA E DIALETOS GALEGO-PORTUGUESES	LÍNGUA E DIALETOS CASTELHANOS
-N- supressão: MANUM > <i>mão</i>	-N- conservação: MANUM > <i>mano</i>
-L- supressão: SOLUM > <i>só</i>	-L- conservação: SOLUM > <i>solo</i>
vogais latinas breves passaram a vogais abertas:	vogais latinas breves ditongaram:

⁴¹ Università degli Studi Internazionali di Roma (UNINT), Facoltà di Interpretariato e Traduzione (FIT), Via delle Sette Chiese, 139 - 00197 Roma (Itália); mariagrazia.russo.roma@gmail.com

SEPTEM > sete; PORTAM > porta	SEPTEM > siete; PORTAM > puerta
-------------------------------	---------------------------------

Além disso, dentro do próprio sistema português é possível distinguir alguns traços fonéticos e lexicais que permitem identificar áreas diferentes. As classificações dialetológicas⁴² feitas por filólogos como José Leite de Vasconcelos (1897, 1901, 1928)⁴³ e Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1973), Aristides de Amorim Girão (1941)⁴⁴, Manuel de Paiva Boléo (1951, 1959, 1962), Manuel Sanchis Guarnier (1953), Luís Filipe Lindley Cintra (1954, 1958, 1962, 1971, 1983)⁴⁵, Maria Helena Santos Silva, Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz (1961)⁴⁶, assim como o geógrafo Orlando Ribeiro (1945, 1965), Celso Cunha (1986), Maria Helena Mira Mateus (2001) representam apenas alguns dos estudiosos que se debruçaram sobre os estudos de dialetologia. Os termos de dialeto, linguagem, subdialeto, fala, falar, subfalar ou variedade e variante constituem a isotopia lexical utilizada para definir as características linguísticas de algumas áreas luso-ibéricas.

2. Aspectos geo-históricos

O espaço fronteiro geográfico entre Portugal e Espanha constitui uma das mais antigas demarcações de Europa⁴⁷ (desde o Tratado de Zamora em 1143, que assinala o nascimento do Condado Portucalense, até ao Convénio dos Limites, em 1926, pela questão da Contenda de Moura)⁴⁸, só parcialmente definida nos seus 1214 km por limites naturais⁴⁹, é conhecida com o epíteto de *Raia* em português e em galego, grafado *Raya* em espanhol.

42 É possível encontrar uma síntese sobre estes aspectos em Ferreira, 1994.

43 Primeira proposta de classificação: Vasconcelos, 1897: a classificação distingue-se em «grupos primários, secundários e terciários». Segunda proposta de classificação: Vasconcelos, 1901. Terceira proposta: Vasconcelos, 1928.

44 Quarta proposta de classificação: Girão, 1941 (2ª ed. 1958; depois 1962).

45 Sexta proposta: Cintra, 1971.

46 Quinta proposta de classificação: Vázquez Cuesta - Luz, 1961.

47 Cfr. Cajal, 2003.

48 Outros tratados sobre as questões fronteiriças são: o Tratado de Badajoz, em 1267; o Tratado de Alcanizes, em 1297, que estabelece as principais fronteiras de Portugal; o Tratado de Badajoz, depois da Guerra das Laranjas, em 1801, pela questão de Olivença; o Congresso de Viena, em 1815; o Tratado de Lisboa, com a extinção do Couto Misto, dos povos promiscuos na raia seca; o Tratado dos Limites, em 1864, depois das contendas de Arronches e de Ouguela.

49 Os limites naturais são constituídos por montes e rios. Entre estes últimos contemplam-se os principais (1) Rio Minho (no Norte) e o (2) Guadiana (no Sul entre Algarve e Andaluzia), mas existem também

Tal linha divisória, constituída por cursos de água (Raia húmida)⁵⁰ e marcos fronteiriços terrestres (Raia seca)⁵¹ representa, por um lado, uma separação entre

outros rios a demarcar os limites: (3) rio Trancoso (também chamado rio Folia, rio Vargos ou rio Barjas), que marca a emblemática fronteira de São Gregório; (4) rio Barjas ou corga do Alvão; (5) rio Castro Laboreiro ou de Castro ou simplesmente Laboreiro, também designado como corga do Gafo, que marca 14 km de fronteira junto à povoação de Lindoso; (6) rio Lima (o galego Limia) também definido Talarinho, Freixo ou Mourenzo (o mitológico rio Lete mencionado por Estrabão); (7) corga da Madalena; (8) rio Maças (chamado Manzanos pelos espanhóis); (9) uma parte do rio Douro; (10) rio Águeda; (11) ribeira de Tourões na freguesia de Vila Formoso; (12) rio Torto na margem esquerda do rio Douro; (13) rio Bazágueda, que faz fronteira junto do castelo de Salvaleón; (14) rio Erges (em espanhol Erjas ou Eljas) entre as povoações de Valverde del Fresno e Eljas sobre as quais falaremos *infra*, que faz fronteira por cerca de 50 km; (15) uma parte do rio Tejo; (16) rio Sever, que constitui fronteira no distrito de Portalegre; (17) ribeira de Abrilongo que marca os limites na zona da antiga Contenda de Arronches; (18) rio Caia, cuja parte final delimita a fronteira não reconhecida oficialmente junto de Olivença; (19) rio Ardila ligada a mitos célticos; (20) rio Chança, que delimita a fronteira nas imediações de Vila Verde de Ficalho.

50 São os marcos entre 96-97, 114-118, algumas partes entre 497-630, 673-674, 802-899, 944-949, 957-981. Em detalhe: 1. Fronteira entre a foz do rio Minho e a confluência do rio Trancoso ou Barjas: Raia húmida, subindo ao longo do rio Minho; 2. Fronteira entre o Moinho da Nave Cerdeira e o Barrocal das Andorinhas: marcos fronteiriços números 497 a 630 - Raia seca e raia húmida, descendo ao longo do rio Douro e subindo ao longo do rio Águeda e do ribeiro dos Tourões; 3. Fronteira entre a confluência do rio Cuncos com o rio Guadiana e o primeiro marco da Contenda de Vila Nova del Fresno - Raia húmida, subindo ao longo do rio Cuncos; 4. Fronteira entre a Gingeira e o Pego da Negra: marcos fronteiriços números 673 a 674 - Raia húmida, descendo ao longo do rio Torto, do rio Bazágueda, do rio Erges e do rio Tejo e subindo ao longo do rio Sever; 5. Fronteira entre a confluência do rio Caia com o rio Guadiana e a confluência da ribeira de Cuncos com o rio Guadiana, não foram colocados os marcos 802 a 899 correspondentes ao território de Olivença; 6. Fronteira entre o último marco da Contenda de Vila Nova del Fresno e a Fonte das Maias: marcos fronteiriços números 944 a 949 - Raia húmida, subindo ao longo da ribeira de Godelim ou ribeiro de Guadelim, do ribeiro dos Saus ou Zaos e do barranco das Maias ou ribeiro Maias; 7. Fronteira entre a confluência do ribeiro dos Termos com o rio Ardila e a confluência do arroio de Cadaval com a ribeira de Múrtiga: marcos fronteiriços números 957 a 978 - Raia húmida, subindo ao longo do rio Ardila, raia seca e novamente raia húmida descendo ao longo do arroio de Cadaval; 8. Fronteira entre a confluência do arroio de Cadaval com a ribeira de Múrtiga e a confluência do barranco de Pedro Miguel com a ribeira de Múrtiga: marcos fronteiriços números 978 a 981 - Raia seca e raia húmida subindo ao longo da ribeira de Múrtiga; 9. Fronteira entre a confluência do barranco de Raia com o rio Chança e a foz do rio Guadiana - Raia húmida descendo ao longo do rio Chança e do rio Guadiana.

51 São os marcos 1- 215 (com algumas partes húmidas entre 96-97 e 114-118), 630-673, 674-758, 758-801, 1010. Em particular: 1. Fronteira entre a confluência do rio Trancoso ou Barjas e a Portela do Pau: marcos fronteiriços números 1 a 24; 2. Fronteira entre a Portela do Pau e o rio Castro Laboreiro: marcos fronteiriços números 24 a 53; 3. Fronteira entre o rio Castro Laboreiro e a Cruz do Touro: marcos fronteiriços números 53 a 60; 4. Fronteira entre a Cruz dos Touros e o Marco do Pisco: marcos fronteiriços números 60 a 75, corre ao longo das cumeadas da serra do Gerês, onde fica situado o ponto de maior altitude da raia, o Pico da Nevosa com 1548 m.; 5. Fronteira entre o Marco do Pisco e as Pedras de Malrandin: marcos fronteiriços números 75 a 130. Mantiveram-se pastos mistos na margem direita do rio Salas, entre os marcos 96 e 97, e entre Tourém e Vilarinho, marcos 114 a 118; 6. Fronteira entre as Pedras de Malrandin e o Porto de CANCELLOS: marcos fronteiriços números 130 a 137- Raia seca resultante da renúncia a favor de Espanha dos direitos de Portugal sobre o Couto Misto, mantiveram-se pastos mistos ao longo de todo este sector; 7. Fronteira entre o Porto de CANCELLOS e o Outeiro de Maria Sacra: marcos fronteiriços números 137 a 169. Atravessa a serra do Larouco; 8. Fronteira entre o Outeiro de Maria Sacra e a Ponte da Assureira: marcos fronteiriços números 169 a 188; 9. Fronteira entre a Ponte da Assureira e o Vale de Ladera: marcos fronteiriços números 188 a 215, o povo promíscuo de Soutelinho da Raia passa a ficar inteiramente integrado em Portugal; 10. Fronteira entre o Vale de Ladera e o Outeiro de Castelo Ancho: marcos fronteiriços números 215 a 264. Os povos promíscuos de Cambedo (Vilarelho da Raia) e Lama de Arcos e os respectivos termos passam a ficar inteiramente integrados em Portugal; 11. Fronteira entre a Outeiro de Castelo Ancho e a Cabeça de Peixe: marcos fronteiriços números 264 a 301; 12. Fronteira entre a Cabeça de Peixe e o Portelo do Cerro da Esculqueira: marcos fronteiriços números 301 a 323; 13. Fronteira entre o Portelo do Cerro da Esculqueira e o Penedo dos Três Reinos: marcos

âmbitos geo-políticos, mas, por outro, uma conjunção de elementos históricos, culturais, linguísticos e sócio-económicos, que tornam aquelas terras peculiares em relação ao resto do território português e espanhol. Os distritos portugueses interessados a estas fronteiras são, do norte para o sul: Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja e Faro. Do lado espanhol, de norte para sul, são interessadas as seguintes províncias: Pontevedra, Ourense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz e Huelva. Os territórios fronteiriços falam variedades linguísticas as quais, mais que dividir e marcar diferenças, aproximam, assim como foi amplamente descrito por vários sócio-linguistas⁵², as duas realidades culturais.

2.1. Marcas portuguesas em território espanhol

As áreas pertencentes a Espanha que têm ou tinham uma variedade de português podem ser divididas em 5 zonas geográficas, três de influência marcadamente galaico-

fronteiriços números 323 a 349; 14. Fronteira entre o Penedo dos Três Reinos e a Penha da Formiga: marcos fronteiriços números 349 a 393; 14. Fronteira entre a Penha da Formiga e o Poço da Olha: marcos fronteiriços números 393 a 438; 15. Fronteira entre o Poço da Olha e as Três Marras: marcos fronteiriços números 438 a 450; 16. Fronteira entre as Três Marras e o Moinho da Nave Cerdeira: marcos fronteiriços números 450 a 497; 17. Fronteira entre o Moinho da Nave Cerdeira e o Barrocal das Andorinhas: marcos fronteiriços números 497 a 630 - Raia seca e Raia húmida, descendo ao longo do rio Douro e subindo ao longo do rio Águeda e do ribeiro dos Tourões; 18. Fronteira entre o Barrocal das Andorinhas e a Gingeira ou Curral das Colmeias: marcos fronteiriços números 630 a 673; 19. Fronteira entre o Pego da Negra e o Marco de Badajoz: marcos fronteiriços números 674 a 758 (?), fica definida a partilha dos territórios das contendas de Arronches e de Ouguela; 20. Fronteira entre o Marco de Badajoz e a confluência do rio Caia com o rio Guadiana: marcos fronteiriços números 758 (?) a 801 (no início do troço internacional do rio Caia); 21. Fronteira entre o primeiro e o último marco da Contenda de Vila Nova del Fresno: marcos fronteiriços números 900 a 944, fica definida a partilha do território da contenda de Vila Nova del Fresno; 22. Fronteira entre a Fonte das Maias e a confluência do ribeiro dos Termos com o rio Ardila: marcos fronteiriços números 949 a 957. Fica definida a partilha do território da Contenda de Valência de Mombuey; 23. Fronteira entre a confluência do ribeiro dos Termos com o rio Ardila e a confluência do arroio de Cadaval com a ribeira de Múrtiga: marcos fronteiriços números 957 a 978, Raia húmida, subindo ao longo do rio Ardila, raia seca e novamente raia húmida descendo ao longo do arroio de Cadaval; 24. Fronteira entre a confluência do arroio de Cadaval com a ribeira de Múrtiga e a confluência do barranco de Pedro Miguel com a ribeira de Múrtiga: marcos fronteiriços números 978 a 981 - Raia seca e Raia húmida subindo ao longo da ribeira de Múrtiga; 25. Fronteira entre a confluência do barranco de Pedro Miguel com a ribeira de Múrtiga e o último marco da divisão da Contenda de Moura: marcos fronteiriços números 981 a 1010, fica definida a partilha do território da Contenda de Moura; 26. Fronteira entre o último marco da divisão da Contenda de Moura e o vértice geodésico de Cabeço do Pereiro; 27. Fronteira entre o vértice geodésico de Cabeço do Pereiro e a confluência do barranco de Raia, ou ribeiro da Perna Seca, com o rio Chança.

52 Veja-se um quadro destes aspectos em Fabietti, 2001 [máxime p. 104-108]. Para uma problemática geral sobre o espaço fronteiriço entre Espanha e Portugal cfr. Elizaincín, 1992.

portuguesa mas com características asturo-leonesas (Carrasco González, 2009) e duas que têm caracteres parecidos com a fala de tipo alto-alentejano:



1. no norte em Trás-os-Montes entre a região de Bragança em Portugal e Zamora em Espanha, muito próximos de Ourense na Galiza, na subcomarca histórica e tradicional de Seabra (*Sanabria*). Nesta parte em algumas aldeias de Espanha, de poucos habitantes e de limitada extensão territorial, fala-se um galaico-português com algumas influências leonesas: *Hermisende* (Ermesende em português), assim como as aldeias vizinhas de *San Ciprián* (São Cibrão), de *Calabor* (no concelho de *Pedralba de la Pradería*) de cerca 30 kmq com poucas dezenas de habitantes, de *Sta. Cruz de Abranes*, *Castrelos*, *Castromil*, *La Tejera* (A Teixeira), que pertenceram a Portugal até

1640, de aproximadamente 110 kmq com uma população de 350 habitantes em 2012. Na fala de *Hermisende* se por um lado temos caracteres similares com o sistema português (não assistimos à ditongação dos /Ē/ e /Ō/ breves latinas, temos a simplificação do /NN/ geminado como em *pano* e do /LL/ geminado como em *cabalo*; a presença do sistema sibilante português e do ditongo nasal *-ão*; e em termos morfológicos o uso do diminutivo *-inho*), por outro temos a presença dos fonemas castelhanos interdentais e a não distinção de /v/ e /b/. O artigo utilizado é típico do leonês *el/al* e existem contrações que evocam o português medieval como *polo* e *pola*;

2. entre a Cidade da Guarda e Salamanca, ou seja entre a Beira Alta portuguesa e o antigo Reino de Leão, onde se falava até ao século XX um galaico-português que foi desaparecendo:

a. *La Alamedilla* (Alamedilha) (Maia, 1977) de 20 kmq com 153 habitantes, uma localidade salmantina onde se conservam as africadas *tch* e *dz*. A presença desta fala poderia ser atribuída a Afonso IX (1171-1230) que nas primeiras décadas do século XIII povoou esta terra com galegos. Hoje em dia a linguagem (assim como muitos elementos arquitetónicos da cidade) tem aspectos linguísticos da Beira e alguns leonismos.

b. *La Bouza* (Bouça) de 15 kmq, com uma população de aproximadamente 65 habitantes;

3. entre a Beira Baixa, em particular Castelo Branco, e Cáceres, na Extremadura, onde até ao início do século XX se falavam algumas variedades da língua portuguesa com grande vitalidade (*Fala de Xálima* ou *Xalma* ou *Xalimego* ou *Fala da Estremadura*)⁵³ e onde actualmente se assiste ao seu quase desaparecimento em favor da língua castelhana. Ainda hoje porém encontrámos rastros de origem galaica, como o sistema das sibilantes (Costas González, 1998) e casos de ênclise dos pronomes pessoais com participio em tempos compostos e perífrases, em três aldeias muito ligadas entre si em termos culturais:

a. *Valverde del Fresno* (ou Valverdi du Fresnu, como dizem os locais) de 197 kmq e com 2454 habitantes. A maior parte da população fala, um idioma da família

53 Estas variedades são, por enquanto, ainda um património ágrafo, mas está em curso um processo de definição ortográfica. Antonio Corredera Plaza de Valverde do Freixo, José Luis Martín Galindo de Cáceres e o galego Eduardo Sanches Maragoto compuseram um texto introdutório sobre os *Critérios para orientar a ortografia do xalimego*, visível em <http://pgl.gal/wp-content/uploads/2015/08/Crit%C3%A9rios-para-orientar-a-ortografia-do-xalimego.pdf>. Sobre esta variante linguística podem ser considerados como ponto de partida os estudos de Fink, 1927 (1929); e Vasconcelos, 1933. Relativamente recentes sobre este assunto são em ordem cronológica: Maia, 1977; Costas González, 1992; Martín Galindo, 1993; Carrasco González, 1996b e 1997; Costas González, 1999; Gargallo Gil, 1999; Maia, 2000; Fernández Rei, 2000; e ainda Carrasco González, 2004 e 2007.

galaico-portuguesa: o **valverdeiru**. Esta terra pertenceu a Portugal até ao século XVI quando crises económicas obrigaram à emigração (Cayetano Rosado, 1984).

b. *San Martín de Trevejo* (ou Sa Martin de Trebellu ou Trevellu como dizem no próprio lugar) (Vasconcelos, 1927) de 24 kmq com 895 habitantes, a maioria da sua população fala o **mañeso** ou *mañegu*, ou seja uma variante local da *Fala de Xálima*;

c. *Eljas* (Ellas ou As Ellas segundo a fala local) (Costas González, 1992b, 1996, 2000 e 2001), de 33 kmq com uma população de 980 habitantes, que fala, pela sua maioria, uma variedade da *Fala de Xálima*, definida **lagarteiru**, porque parece que antigamente os lagartos fossem um prato habitual. O aspeto culinário faz parte da tradição de origens portuguesas como o “girixi-girixo”, o “allu de patatas”, “us fornazus” e o “mollu de pescau”;

4. entre o Alto Alentejo, em particular Castelo Branco e Portalegre, e mais uma vez, Cáceres, na Extremadura (Carrasco González, 1997), com as localidades de

a. *Herrera de Alcántara* (ou Firrêra, em português Ferreira de Alcântara), na comarca de *Alcántara*, de 122 kmq, com 300 habitantes, onde a variedade do português é chamada **firrerenho** ou *ferrerenho* (esta localidade foi assim chamada porque na Idade Média existia uma ferraria onde se fizeram, entre outras obras, também as grelhas da cidade de Santiago de Compostela). Nesta área, apesar de o tratado de Alcanizes ter decidido pôr fim às contendas com Espanha, ainda se fala um português arcaico bem diferente do português alto-alentejano e beirão. De facto, a população portuguesa retirou-se nos campos, ficando isolada e continuando a utilizar a sua variedade linguística da época na qual os portugueses repovoaram, no século XIII, estas terras reconquistadas aos islâmicos. Não é portanto casual que as festividades maiores desta zona sejam o dia de Fátima (13 de Maio) e o de São João (23-25 de Junho), duas recorrências muito apreciadas pelos portugueses. De resto, a cidade de *Herrera de Alcántara* até ao século XVIII teve ligações com a cidade de Lisboa, sendo um porto fluvial do Tejo de onde saíam as mercadorias até Inglaterra. Hoje em dia esta zona, declarada Parque Natural, considera-se de Conservação para as aves do Tejo Internacional. A aldeia correspondente em Portugal, situada no lado norte do Tejo, é Malpica do Tejo, uma das maiores vilas do concelho de Castelo Branco. O repositório tradicional e folclorístico, de um lado como do outro, conserva intato o antigo património cultural português;

b. *Cedillo* (Cedilho em português, antigo Casalinho) (Ossenkop, 2006), na mesma comarca de *Alcántara*, autónoma desde o século XIX, de 62 kmq, com

aproximadamente 500 habitantes. Deva talvez o seu nome ao facto de ter sido 'cedida' por Portugal à Espanha. Nesta zona o português, parecido ao idioma do Alto Alentejo e da Beira Baixa foi língua do cotidiano até meados do século XX, quando a emigração e a escolarização favoreceram a difusão da língua espanhola. Atualmente a língua falada é uma variedade do português, o *cedillano*. O português é ensinado na escola como língua estrangeira (ao par do inglês e do francês) e não existem percursos de português língua maternal. De resto, nas próprias famílias os habitantes estão a deixar de falar português para que os filhos não continuem a viver numa situação de diglossia. Apesar disso, é possível encontrar rasgos de português no léxico, nos topónimos, na própria pronúncia dos cedilheiros. Também nesta zona continuam vivas as tradições religiosas portuguesas ligadas às festividades de Santo António e da Nossa Senhora de Fátima, seus padroeiros. Celebra-se também a festa do Enfarinhamento que remonta às épocas em que Cedilho pertencia a Portugal;

c. *Valencia de Alcántara* (Carrasco González, 1996), um município de 595 m² de 6032 habitantes, que pertenceu a Portugal de 1644 a 1668 e depois nalguns períodos do século XVIII. Nesta terra o português é falado em várias aldeias da *campinha*: *Las Casiñas* (As Casinhas, em português), *Jola*, *El Pino* (O Pinho em português), *La Fontañera* (Fontanheira em português), *San Pedro de los Majarretes* (São Pedro em português), *La Codosera* (A Codosera ou Codoseva em português) (Carrasco González, 2004), na comarca de Alcántara, que tem uma área de 70 km² e calcula 2337 habitantes;

5. entre Évora, no Alto Alentejo, e Badajoz, na Extremadura espanhola, onde as problemáticas linguísticas estão fortemente unidas às de política internacional (Carrasco González, 2001).

a. Trata-se do complexo e bem conhecido caso de Olivenza/Olivença (Sequeira - Rocha Júnior, 1924) e das suas aldeias, cujo português é falado na variante **oliventina** (Vasconcelos, 1890-92; Matias, 1984, 2001): *San Francisco* (São Francisco em português), *San Rafael* (São Rafael), *Villarreal* (Vila Real de Olivença), *Santo Domingo de Guzmán* (São Domingos de Gusmão), *San Benito de la Contienda* (São Bento da Contenda), *San Jorge de Lor* (São Jorge da Lor). O território estende-se por 430 km² e calcula 12.000 habitantes. Conquistados por D. Alfonso IX de Leão em 1230, estas terras passaram, em 1297 com o tratado de Alcanizes, ao rei D. Dinis de Portugal (1261-1325) em troca das aldeias de Aroche e Aracena, parte ocidental da *Sierra Morena*. Ponto estratégico relevante, esta área, em 1306, foi enriquecida por um castelo e umas muralhas (hoje sede do Museu Etnográfico de Olivença). Território de longa

contenda⁵⁴, Olivença, os município raianos espanhóis de *La Cordosera*, *Albuquerque* e *Badajoz* e os territórios portugueses de Arronches, Campo Maior, Estremoz, Portalegre e Elvas chegaram a um acordo em 2008. Um particular bastante curioso neste contexto é a existência na freguesia de Esperança, no concelho de Arronches, de uma localidade que se chama Marco em correspondência com *El Marco* que pertence ao concelho de *La Cordosera* (de Badajoz): é uma mesma localidade dividida pela fronteira do riacho da Ribeira de Abrilongo atravessada por uma ponte. O Tratado dos Limites de Lisboa de 1864 dividiu esta mesma localidade em duas partes: uma pertence a Espanha e outra a Portugal, mas tendo sido esta zona colonizada por camponeses alentejanos no último quartel do século XIX a língua utilizada normalmente é o português;

b. *Cheles*, de 48 km e 1220 habitantes, e *Táliga* ou *Nuestra Señora de la Asunción de Táliga* (Talega ou Nossa Senhora da Assunção de Talega), uma cidade de origem medieval cuja fundação remonta aos Templários, reclamada juntamente com Olivença, tem uma área de 31 kmq e uma população de 767 habitantes. Pertencentes ao território português desde 1297 com o tratado de Alcanices, mas ocupada por Espanha desde 1801, teve o mesmo percurso de Olivença.

Nos territórios oliventinos, na sequência da Guerra das Laranjas, em 1801, Espanha impõe a Portugal, com o tratado de Badajoz, a ocupação de Olivença e dos outros povoados limítrofes. A partir de aí, de facto, os portugueses nunca mais conseguirão voltar a obter estas terras, nem depois do Congresso de Viena. A não aceitação desta política levou à famosa questão de Olivença. A aculturação castelhana teve várias etapas: já em 1805 foi proibido o ensino público do português; em 1840 foi imposto o uso da língua castelhana mas alguns movimentos oliventinos impuseram-se na formação cultural do território⁵⁵; em 1902 as greves operárias à volta do grupo oliventino progressista “Nova Aurora” foram reprimidas; até que em 1956 foram criados dois *poblados de colonización* com habitantes espanhóis (*San Francisco de Olivenza*, em honra do Generalíssimo Francisco Franco, e *San Rafael de Olivenza* em

54 Olivença em 1337 voltou a ser domínio espanhol e, em 1371, com o tratado de Alcoutim, passou novamente nas mãos portuguesas. Foi enriquecida no século XVI por igrejas de estilo manuelino (Santa María Madalena) e, no período da união das coroas luso-ibérica, de igrejas tipicamente espanholas (Santa María del Castillo). Particularmente vexada nas décadas entre 1640 e 1668, até ao reconhecimento da independência portuguesa, gozou de novo esplendor lusitano nos três séculos seguintes até ao princípio do século XIX quando, depois dos conflitos napoleónicos, D. João VI (1767-1826), em 1801, aceitou a paz renunciando aos territórios de Olivença e Táliga, que não foram restituídas nem depois do Congresso de Viena (Torres Gallego, 2007).

55 Em 1847, surgiu o jornal «El Pasatiempo», dirigido por Victoriano Parra que oferecia muitas informações sobre a cidade; e, em 1860, «El Estandarte Médico».

honra do ministro da Agricultura, Rafael Cavestany Abduaga). Nos anos do regime franquista foi proibido o uso do português em todo o território e foram mudados os antropónimos e topónimos, procedendo com uma escolarização completamente em espanhol. Só na segunda metade do século XX, em 1938, é que esta cidade conseguiu erguer novamente a cabeça e reivindicar os próprios direitos: naquela época foi fundado o *Grupo dos Amigos de Olivença* por Ventura Ledesma Abrantes (livreiro oliventino), Amadeu Rodrigues Pires e Francisco de Sousa Lamy (comerciantes), que chegou a contar 500 associados e que hoje tem sede em Lisboa. A partir dos anos '80, com o processo de democratização de Portugal e Espanha, surgiram ou se voltaram a ativar numerosos movimentos como a *Sociedade Pró-Olivença* (fundada em 1938), o *Comité Olivença Portuguesa* (1990 com sede em Estremoz) e a mais recente *Além Guadiana* (2008 com sede em Olivença). Como é sabido, Portugal não reclama abertamente Olivença, mas não aceita a soberania espanhola de forma passiva, encontrando cada vez soluções políticas e diplomáticas para evitar que Espanha considere próprio este território. Em 1992 o português oliventino foi introduzido na Carta Europeia das Língua Regionais ou Minoritárias da União Europeia entra as línguas a proteger. De resto, podemos também reparar que o Instituto Camões oferece contributos para a difusão da língua portuguesa nestas áreas através de cursos das Universidades Populares, e que no mês de Junho de 2010 foram inauguradas algumas placas toponímicas em azulejo no centro histórico de Olivença para recuperar os antigos nomes das ruas e não desperdiçar um rico património cultural de convivências de duas realidades linguísticas⁵⁶. Todavia, tem que se reconhecer que atualmente apenas um grupo de poucas pessoas nascidas na metade do século passado ainda fala português: os jovens já optaram amplamente pela língua espanhola, julgada mais prestigiosa e mais útil para a entrada no mundo do trabalho (Soares, 2001). Os ambientes oficiais como o sistema escolar, os lugares da administração assim como as instituições eclesiásticas utilizam apenas a língua espanhola. De toda forma, o português é ainda bem compreendido. Além disso, entrevistas efectuadas, em 2011⁵⁷, entre os oliventinos de cinquenta-sessenta anos registaram porém numerosas interferências do português no espanhol: de facto, são muitas as expressões portuguesas introduzidas em contexto linguístico espanhol, como, em termos fonéticos, a confusão entre *y/j* (por exemplo: *jóvenes* pronunciando o /j/

56 Muitas vezes os nomes das ruas não correspondem, como é o caso da calle Duque de Cadaval / antiga Rua dos Poiais.

57 Veja-se a tese de mestrado redigida por Fraticello, 2011-12, sob a orientação de quem escreve.

como fricativa prepalatal sonora); em termos lexicais, o uso oscilante entre *hablar/falar*, *pero/mas*, *padres/pais*, *pueblo/povo*; em termos morfológicos, a posição enclítica do pronome pessoal.

As variedades da língua portuguesa faladas em Espanha, portanto, dizem respeito a aproximadamente 1670 km² e concernem pouco mais do que 24.500 habitantes, correspondendo desta forma quase às dimensões da Península de Setúbal e, como população, por exemplo, às cidades portuguesas de Portalegre ou de Tavira. A língua destes núcleos não é legalmente protegida pelo governo central espanhol, nem pelas comunidades autónomas regionais de Castela e Leão e da Estremadura, de forma que é considerada, a maioria das vezes, como forma dialectal, limitando o seu uso em situações informais e familiares. A língua portuguesa, e as suas variedades, não são portanto defendidas identitariamente, vivendo portanto uma condição de forte diglossia. Actualmente, depois de ter passado por fases de bilinguismo e por causa de grande emigração para terras espanholas dos falantes, as variedades de tipo português destes lugares está a deixar a sua própria peculiaridade para deixar espaço ao fenómeno de monolinguismo, devido à penetração capilar em todos os postos estratégicos da vida social: administração, câmara municipal, tribunais, guarda civil; lugares de culto; escolas; meios de comunicação; jornais e publicidade, etc.

2.2. Marcas espanholas em território português

Pelo contrário, existem em Portugal formas de defesa das variedades espanholas faladas na região portuguesa de Trás-os-Montes. Em particular goza de estatuto de língua oficial o **mirandês**⁵⁸, uma variedade linguística asturo-leonesa bem identificada, falada em Miranda do Douro (que se estende por 418 km² e tem 7482 habitantes) e 30 aldeias que a rodeiam como Duas Igrejas / Dues Eigreijas (de 49 km² e 600 habitantes), Constantim / Custantin (de 22 km² e 109 habitantes) e o antigo Campo de Víboras mais no interior com uma extensão de 25 km² e 155 habitantes. Miranda do Douro, que na época romana pertenceu ao convento asturiano e não ao bracarense, na Idade Média foi objeto de repopulação leonesa até aos nossos dias em que os acessos ao território

⁵⁸ A bibliografia que diz respeito ao mirandês é muito ampla: vejam-se entre os mais recentes Ferreira, 2001 e Ceolin, 2003.

espanhol é mais facilitado do que às áreas portuguesas, manteve ao longo do tempo esta fala de origem asturo-leonesa cujas principais características são bastante evidentes: ditongação do /Ē/ e do /Ō/ tónicos latinos (*fiesta, tierra, bonu*), às vezes também em caso de iod (*uolho* por 'olho', *fuolha* por 'folha'); conservação do /L/ e do /N/ intervocálicos; palatalização do /L/ inicial (*lhobo, lhuna*). Em termos morfológicos são presentes os artigos espanhóis *el, la, los, las* e o pronome de primeira pessoa *yeu* per 'eu'.

Considera-se variedade do mirandês a fala de Sendim ou Sendin, de 38 kmq e 1366 habitantes, área particularmente agrícola de rica flora e fauna, inserida no Parque Natural do Douro Internacional. O **sendinês**, também definido mirandês do sul, distingue-se do mirandês, além por algumas formas lexicais, também por monotongar os ditongos crescentes /ie/ e /uo/ em /i/ e /u/ (tendo desta forma *fista* por 'festa', *buno* por 'bom' e *furça* por 'força') e por não palatalizar a lateral /l/ em /lh/ no início de palavra.

Em Trás-os-Montes, na província de Bragança, mais ao norte em relação a Miranda do Douro, existem algumas aldeias de influência asturo-leonesa, que também podem ser consideradas variedades do mirandês:

b. Rio de Onor, uma aldeia do concelho de Bragança, com 44 kmq e 76 habitantes, que funciona como aldeia comunitária tendo perdido o seu estatuto de freguesia autónoma: a vida comunitária distingue-se por partilhar o forno, os terrenos agrícolas e o rebanho. Esta aldeia está dividida em duas partes pela linha da fronteira, uma espanhola Rihonor de España, na província de Zamora, e a outra portuguesa que pertence ao distrito de Bragança. A língua falada não coincide com esta divisão. Os habitantes falam uma variedade do mirandês, que se define *rionorês* ou **riononorês**. Como a língua mirandesa conserva o /L/ e o /N/ intervocálico, ditonga de forma ainda mais complexa os /Ē/ e /Ō/ breves latinos (*despueis, fuoron, nuoite*), mantém o /i/ nos ditongos decrescentes como na palavra *carneiro*, introduz ieísmo (*uoyo* por 'olho'). Em termos morfológicos o artigo masculino é *al* e o feminino atornando-se *al* antes de palavra que começa com /a/ tónico por exemplo *al alma*;

b. Guadramil, uma aldeia da mesma freguesia de Rio de Onor, a um km da fronteira norte de Portugal com Espanha, pertencente ao Parque Natural de Montesinho, onde se fala uma variedade asturo-leonesa definida **guadramilês**, muito parecido com o Riononorês (com ditongação do /Ē/ e do /Ō/ breves latinos, mesmo em caso de yod (*pía* por 'pé', *fuorca* por 'força', *fuoya* ou *fuoya* por 'folha'; conservação do /L/ e /N/

intervocálicos, presença de ieísmo e falta de sibilantes sonoras. Em termos morfológicos o artigo masculino é *ou* e o feminino *a*).

Outras variedades presentes na fala portuguesa mas com fortes influências galaicas, mais que leonesas, encontram-se no norte, na província de Chaves:

a. Soutelinho da Raia, de 8,57 kmq e com 150 habitantes, desenvolveu-se sempre em plena fronteira entre Portugal e Espanha, era um dos designados povos promíscuos extintos pelo tratado de Lisboa de 1864 com a atribuição a Portugal;

b. Cambedo da Raia, de 2,14 kmq e com 70 habitantes;

e. Lama de Arcos ou Lamadarcos de 13,69 kmq e com 316 habitantes.

Além destas localidades no Norte, não podemos esquecer no Sul a presença do **barranquenho** (Vasconcelos, 1939) falado em Barrancos, um território prevalentemente agrícola de 168 kmq e com quase 2000 habitantes, situado na fronteira entre o Baixo Alentejo e a Andaluzia. Por razões históricas esta variedade surgiu porque Alfonso X (1221-1284), o Sábio, em 1253, cedeu esta terra à filha ilegítima (1242-1303) Beatriz casada com Alfonso III (1210-1279) de Portugal: a partir daquela época as duas realidades espanhola e portuguesa conviveram ao longo dos séculos. A fala desta zona, não protegida pelo governo português, tem algumas peculiaridades que dizem respeito à aspiração ou queda do /s/ e do /z/ finais ou em sílaba aberta; ao som gutural de /j/ e /g/; à queda do /l/ e /r/ em posição final e a troca de /l/ por /r/ em sílaba aberta; à não diferenciação entre /b/ e /v/; e à pronúncia de /i/ da [e] em posição final. Em termos morfológicos o pronome de primeira pessoa plural torna-se *nusotrus* e a colocação dos pronomes aproxima-se ao espanhol mais do que ao português.

3. Raia alentejana/ *Raya extremeña*

Como até agora examinado, a raia alentejana-*extremeña* é uma fronteira que interessa por um lado Portugal (o Alto e o Baixo Alentejo, as áreas de Castelo Branco e Portalegre) e por outro as terras espanholas da Extremadura de Cáceres e Badajoz (Vilhena, 1996 e 2000; Carrasco González, 2006 e 2007): em terra espanhola o grupo de *Herrera de Alcántara* com o *firrerenho*, *Cedillo* com o *cedillano* e *Valencia de Alcántara* e as suas aldeias; e o grupo de Olivença com aproximadamente 30 aldeias, e Cheles e Táliga, com o *oliventino* e as suas variedades. Se até aos anos '80 a política dos

dois países limítrofes não valorizou o património cultural de cada área geo-económica, nem a ativação de estratégias políticas que pudessem pôr em contacto as várias identidades culturais, hoje em dia os pontos de proximidade cultural estão-se a tornar cada vez mais frequentes. Temos portanto que examinar as duas vertentes, sendo a primeira uma sensibilização que surge na base, e a segunda uma viragem política que está a aparecer através dos quadros dirigentes dos respectivos países e como exigência para uma nova Europa. Os habitantes, conscientes de representar uma minoria no panorama linguístico e cultural do país, vivem nas terras mencionadas uma situação de bilinguismo diglótico em relação ao português, prevalentemente limitado às situações familiares e fortemente penalizante no sistema escolar (quando não totalmente desaparecido). De resto, o castelhano tornou-se cada vez mais imponente, devido por um lado às emigrações das populações locais e por outro às numerosas imigrações espanholas nas posições estratégicas religiosas e civis das aldeias. Perante esta situação o português está portanto a perder prestígio em favor da afirmação, cada vez mais ampla, do espanhol. Nesta direção tiveram um grande impacto os meios de comunicação e a alfabetização, que utilizaram como veículo linguístico exclusivamente a língua espanhola. Mas hoje em dia o fenómeno do uso da web2.0 e das redes sociais está a revitalizar as línguas minoritárias alimentadas prevalentemente pelos jovens que, recuperando as tradições populares e buscando as raízes culturais dos pais e dos avós, recorrem a estes novos meios para difundir eventos, manifestações populares, ritos, festividades, músicas, etc. Está-se, portanto, a assistir ao exacto contrário do processo de nacionalização: ou seja, o web, um meio simples, uma ferramenta extremamente produtiva, de fácil uso e acesso, quase impossível de censurar, ajuda também a recuperar as antigas variedades linguísticas:

1. introdução em plataformas digitais (academia.eu) de instrumentos científicos (como atlas linguísticos, artigos, ensaios, revistas de linguísticas em rede) abertos à comunidade de estudiosos, que incentiva um intercâmbio cultural entre linguistas sobre os temas das minorias, sensibilizando cada vez mais para este assunto;

2. criação de museus virtuais de tipo etnográfico e antropológico (<http://raiaalentejana.blogspot.pt/?view=flipcard>)

3. jornais on-line que oferecem também notícias sobre a Raia Alentejana e o que aí acontece;

4. rádio FM e rádio on-line que transmitem programação bilingue incluindo música local para garantir a sobrevivência da língua (por exemplo, Rádio Ayamonte; e www.radioelvas.com);

5. vídeos interativos (em youtube ou no site da RTP), alguns também promocionais, que mostram a esfera cultural tradicional, histórica e familiar, em relação à língua minoritária, visando sobretudo atingir grupos de jovens ou de turistas (cfr. Histórias do Contrabando na Raia Alentejana de Luis Lobato de Faria: <https://www.youtube.com/watch?v=RPxHBFCo6RY>; Rota Transfronteiriça do Contrabando - Associação Raia Alentejana & Alqueva Entretenida de Daniel Pestana: <https://vimeo.com/89902153>);

6. blogues (<http://omelhoralentejodomundo.blogspot.it/2014/12/raia-alentejana.html>; <http://traveltoalentejoportugal.blogspot.pt/>; <http://raia-ray.blogspot.pt>; <http://devoltaaocampo.blogspot.pt/>) nos quais os usuários introduzem livremente fotografias, opiniões, gravações e outros materiais autênticos a partilhar no ciberespaço, organizando eventos turísticos;

7. outros social networks como facebook (<https://www.facebook.com/RaiaAlentejana>; <http://www.facebook.com/ARaiaLaRaya>), twitter, pinterest, periscope onde há contactos virtuais com a língua de uma forma até agora inédita;

8. a criação de App que põem em evidência alguns aspetos da cultura raiana.

Além disso a existência de Associações faz com que se possa cada vez mais construir um percurso de encontros, orientados à sensibilização nacional: a Associação Raia Alentejana, publicizada através da rede, por exemplo (<http://faria100.wix.com/portugal-borderlands#!s/cled1>), difunde fotografias, organiza encontros e visitas, promove atividades de todos os tipos, planifica projectos com rádios e televisões locais.



Se por um lado a base da população, utilizando os meios modernos de difusão cultural consegue sensibilizar amplos números de pessoas, por outro os vértices

políticos começam a perceber que valorizar a língua e a cultura de um povo significa investir no património humano. Com esta finalidade de preservação, para que na diversidade se torne cada vez mais possível uma profunda e verdadeira unidade, estão a surgir projectos de cooperação aprovados no âmbito do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP), com a participação financeira da União Europeia. Neste contexto estão a ser criadas eurocidades. No norte já existem três eurocidades entre Portugal e Galiza: Chaves-Verín que foi criada com fortes projectos de cooperação transfronteiriça (www.eurocidadechavesverin.eu.); Tui-Valença com a ativação de boas sinergias fronteiriças; e Monção-Salvaterra do Minho, para a valorização do território e o consolidamento das dinâmicas de emprego. Além destas três cidades galego-portuguesas desde 2013 surgiu entre Ayamonte-Vila Real de Santo António-Castro Marim mais uma eurocidade (a eurocidade do Guadiana) onde a presença de um rio já não representa margens a ultrapassar com dificuldades mas pontes. No mesmo ano para marcar mais a identidade das duas cidades encontrando rasgos comuns, foi assinado o protocolo de cooperação para a criação da eurocidade entre Elvas e Badajoz (entre o Presidente da Câmara Municipal de Elvas o Comendador José António Rondão Almeida, e o alcaide de Badajoz, Francisco Javier Fragozo Martínez) - à qual em 2015 se acrescentou também a cidade de Campo Maior -, formando um aglomerado populacional de 210.487 habitantes, que envolve serviços públicos e privados, com o objectivo de aumentar o emprego, ampliar os investimentos e encaminhar o território para um maior desenvolvimento económico e comercial.

O aumento das eurocidades representa, portanto, para estas aldeias - longamente divididas e contendidas por problemas políticos, mas de facto unidas através dos povos que com as próprias falas e vivências testemunham a existência de uma intercontinuidade - um enriquecimento cultural, uma aceitação por parte dos governos de uma realidade que já não é fronteiriça nem limitada mas interligada e interconexa. As eurocidades (e a existência de euroregiões prevista pela Comunidade Europeia com as actas n. 1082/2006 do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho em 5 de Julho de 2006) representam para Portugal neste contexto um projecto de grande potencialidade de coesão dos territórios vizinhos, cujas fronteiras não separariam mas, pelo contrário, uniriam ainda mais no respeito da variação de língua e cultura, na consideração das mudanças como ponto de partida para uma nova realidade. A tecnologia através dos novos medias seria um meio para potencializar a difusão destes projectos de unidade e a chave para poder voltar a valorizar as peculiaridades de terras

que, de forma contrária, perderiam as próprias raízes: uma maneira para voltar às raízes com uma perspectiva de construção futura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Boléo, Manuel de Paiva. 1951. Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas. Boletim de Filologia, XII, p. 1-44, visível em http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/lingua/boletimfilologia/12/pag1_44.pdf (setembro 2015).

Boléo, Manuel de Paiva. 1959. O estudo dos falares portugueses antigos e modernos e sua contribuição para a história da língua. In III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Actas. Lisboa: [s. n.], p. 418-428.

Boléo, Manuel de Paiva. 1962. O mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental. In Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica. Boletim de Filologia, XX (1961), p. 85-112 + 8 mapas.

Cajal, Máximo. 2003. Ceuta, Melilla, Olivenza y Gibraltar. Donde acaba España?. Madrid: Siglo Vientiuno.

Carrasco González, Juan María. 1996. A língua portuguesa na Extremadura espanhola: o caso de Valencia de Alcántara. In Duarte - Leiria (orgs.). 1996. III, p. 57-73.

Carrasco González, Juan María. 1996b. Hablas y dialectos portugueses o galaico-portugueses en Extremadura. I: Grupos dialectales: Clasificación de las hablas de Jálama. Anuario de Estudios Filológicos, XIX, p. 135-148.

Carrasco González, Juan María. 1997. Hablas y dialectos portugueses o galaico-portugueses en Extremadura (Parte II y última: Otras hablas fronterizas. Conclusiones). Anuario de Estudios Filológicos, XX, p. 61-79.

Carrasco González, Juan María. 2001. La frontera lingüística hispano-portuguesa en la provincia de Badajoz. Revista de Filología Románica, XVIII, p. 139-158.

Carrasco González, Juan María. 2004. As línguas portuguesa e espanhola em contacto fronteiriço (bilinguismo, assimilação, substituição e outros fenómenos de contacto linguístico na fronteira da Extramadura espanhola. Revista À Beira (Covilhã), p. 35-49.

Carrasco González, Juan María. 2004b. “Cá no Alentejo”: a língua portuguesa em La Codosera. Anuario de Estudios Filológicos, v. 27, p. 13-21.

Carrasco González, Juan María. 2006. Evolución de las hablas fronterizas luso-extremeñas desde mediados del siglo XX: Uso y pervivencia del dialecto. Revista de Estudios Extremeños, XLII, 2, p. 623-635 (depois 2014. Archivum: Revista de la Facultad de Filología, t. 64, p. 77-100).

Carrasco González, Juan María. 2007. Falantes de dialectos fronteiriços da Extremadura espanhola no último século. Limite: Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonia, n. 1, p. 51-69.

Carrasco González, Juan María. 2009. La transición entre astur-leonés y gallego-portugués. In Fernandez, 2009. p. 223-245.

Carrasco González, Juan María - Viudas Camarasa, Antonio. 1996. Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera (Cáceres, 1 a 3 de diciembre de 1994). Cáceres: Universidad de Extremadura.

Cayetano Rosado, Moisés. 1984. La hemorragia migratoria extremeña. Revista de Estudios Extremeños, XL, 3, p. 589-592.

Ceolin, Roberto. 2003. Um enclave leonés na paisagem unitária da língua portuguesa. Revista Philologica Romanica, III, p. 62-83.

Cintra, Luís Filipe Lindley. 1954. Enquêtes au Portugal pour l'Atlas Linguistique de la Péninsule Ibérique. Orbis, III, p. 417-418.

Cintra, Luís Filipe Lindley. 1958. Alguns estudos de fonética com base no Atlas Linguístico da Península Ibérica. Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, Rio de Janeiro: MEC, p. 186-195.

Cintra, Luís Filipe Lindley. 1962. Une frontière lexicale et phonétique dans le domaine linguistique portugais. In Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica. Boletim de Filologia, XX (1961), p. 31-39.

Cintra, Luís Filipe Lindley. Áreas lexicais no território português. In Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica. Boletim de Filologia, XX (1961), p. 273-307.

Cintra, Luís Filipe Lindley. 1971. Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. Boletim de Filologia, XXII, p. 81-116, depois In Cintra, 1983.

Cintra, Luís Filipe Lindley. 1983. Estudos de Dialectologia Portuguesa, Lisboa: Sá da Costa, visível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/novaproposta.pdf>

Cintra, Luís Filipe Lindley. 1983 (6/7). A língua portuguesa no mundo. Expresso. Suplemento, p. 6-7.

Costas González, Xosé Henrique. 1992. Notas sociolingüísticas sobre os falares 'galegos' da Ribeira Trevellana (Cáceres). A Trabe de Ouro, XI, p. 409-417.

Costas González, Xosé Henrique. 1992b. Breve caracterización das falas (fundamentalmente galegas) do Val do Río Ellas). Cadernos de Língua, VI, p. 85-108.

Costas González, Xosé Henrique. 1996. O galego de Extremadura: As falas do Val do Río Ellas. In Carrasco González - Viudas Camarasa. 1996. I, p. 357-376.

Costas González, Xosé Henrique. 2000. Aspectos sociolingüísticos das falas do Val do Río Ellas (Cáceres). In Salvador Plans, Antonio - García Oliva, María Dolores - Carrasco González, Juan María (eds.). 2000. Actas del I Congreso sobre A Fala.

Mérida: Editora Regional de Extremadura y Gabinete de Iniciativas Transfronterizas de la Junta de Extremadura. p. 95-96.

Costas González, Xosé Henrique. 2001. Fronteiras lingüísticas no Val do Río Ellas (Cáceres). *Revista de Filología Románica*, XVIII, p. 35-50.

Costas González, Xosé Henrique. 1998. Os subsistemas de sibilantes no galego do Val do Río Ellas. In Dieter Kremer. 1998. *Homenaxe a Ramón Lorenzo*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, II, p. 581-589.

Costas González, Xosé Henrique. 1999. Valverdeiro, lagarteiro e mañego: O «galego» do Val do Río Ellas (Cáceres). In Fernández Rei, Francisco - Santamaria Fernández, Antón. 1999. *Estudios de sociolingüística románica. Linguas e variedades minorizadas*. Santiago de Compostela: Servicio de Edicións da Universidade de Santiago de Compostela, p. 83-106.

Cunha, Celso; Cintra, Luís Filipe Lindley. 1986. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa.

Duarte, Inês - Leiria, Isabel (orgs.). 1996. *Congresso Internacional sobre o Português. Actas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, Edições Colibri.

Elizaincín, Adolfo. 1992. *Dialectos en contacto. Español y portugués en España y en América*. Montevideo: Arca.

Fabietti, Ugo. 2001. *L'identità etnica*, Roma: Carocci editori.

Fernandez, Xulio Viejo (coord.), 2009. *Cien Años de Filoloxía Asturiana (1906-2006): Actes del Congreso Internacional*, Oviedo: Ediciones Trabe.

Fernández Rei, Francisco. 2000. As falas de Xálima e a súa relación coa lingua galega. Nota sobre o 'descubrimento' do 'galego' de Cáceres. In Plans, Antonio Salvador - García Oliva, María Dolores - Carrasco González, Juan Maria (eds.). 2000. *Actas del I Congreso sobre A Fala*. Mérida: Editora Regional de Extremadura y Gabinete de Iniciativas Transfronterizas de la Junta de Extremadura, p. 109-140.

Ferreira, Manuela Barros. 1994. Retrospectivas da Dialectologia Portuguesa. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 12, pp. 108-118.

Ferreira, Manuela Barros. 2001. A situação actual da língua mirandesa e o problema da delimitação histórica dos dialectos asturo-leoneses em Portugal. *Revista de Filología Románica*, p. 117-136.

Fink, Oskar. 1927. *Studien über die Mundarten der Sierra de Gata*, Hamburg: Gruyter & Co. (depois 1929, Hamburg: Friedrichsen).

Fratricello, Fiorella. 2011-12. *Problematiche linguistiche di frontiera: il caso de Olivenza/Olivença*, tese de mestrado orientada por Mariagrazia Russo. Viterbo: Università della Tuscia.

Gargallo Gil, José Enrique. 1999. Las hablas de San Martín de Trevejo, Eljas y Valverde del Fresno. Trilogía de los tres lugares, Mérida: Editora Regional de Extremadura y Gabinete de Iniciativas Transfronterizas de la Junta de Extremadura.

Girão, Aristides de Amorim. 1941. Atlas de Portugal. Coimbra: Gráfica de Coimbra (2ª ed. 1958; depois In Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica, 1962).

Krefeld, Thomas (org.). 2006. Modellando lo spazio in prospettiva linguistica. Frankfurt: Peter Lang.

Maia, Clarinda de Azevedo. 1977. Os falares fronteiriços do concelho do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilla. Suplemento IV de la Revista Portuguesa de Filología (Coimbra).

Maia, Clarinda de Azevedo. 2000. Os dialectos de Xalma: Problemática e perspectivas de pesquisa. In Plans - García Oliva - Carrasco González (eds.). 2000. p. 77-91.

Martín Galindo, José Luis. 1993. Apuntes socio-históricos y lingüísticos sobre a fala do Val de Xalima. Alcántara: Tercera Época, p. 123-147.

Mateus, Maria Helena Mira (eds.). 2001. Caminhos do Português. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Matias, Maria de Fátima de Rezende Fernandes. 1984. Bilinguismo e níveis sociolingüísticos numa região luso-espanhola (Concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença). Separata Revista Portuguesa de Filología, XVIII e XIX.

Matias, Maria de Fátima de Rezende Fernandes. 2001. A agonia do português de Olivença. Revista de Filología Románica, XVIII, p. 159-170.

Ossenkop, Christina. 2006. Variación lingüística en una zona fronteriza luso-española: de Cedillo a La Codosera (Extremadura). In Krefeld, 2006. p. 73-88.

Plans, Antonio Salvador - García Oliva, María Dolores - Carrasco González, Juan María (eds.). 2000. Actas del I Congreso sobre A Fala. Mérida: Editora Regional de Extremadura y Gabinete de Iniciativas Transfronterizas de la Junta de Extremadura.

Ribeiro, Orlando. 1945. Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Coimbra: Coimbra Editora (4ª ed. 1986).

Ribeiro, Orlando. 1965. A propósito de áreas lexicais no território português (Algumas reflexões acerca do seu condicionalismo). Boletim de Filologia, XXI, (1962), p. 177-205.

Sanchis Guarnier, Manuel. 1953. La cartografía lingüística en la actualidad y el Atlas Lingüístico de la Península Ibérica. Madrid: CSIC.

Sanchis Guarnier, Manuel - Rodríguez Castellano, Lorenzo - Otero, Aníbal - Cintra, Luís Filipe Lindley. El Atlas Lingüístico de la Península Ibérica (ALPI). Trabajos,

problemas y métodos. In Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica. Boletim de Filologia, XX (1961), p. 113-120.

Sequeira, Gustavo de Matos - Rocha Júnior. 1924. Olivença. Lisboa: Portugalia Editora.

Soares, Mário. 2001 (1.12). Portugueses não obrigado. Diário de Notícias.

Torres Gallego, Gregorio, 2007. Historia de Olivenza. Badajoz: Imprenta Rayego.

Vasconcelos, José Leite de. 1890-92. Notas filológicas I - O português de Olivença. Revista Lusitana, II, p. 347-349.

Vasconcelos, José Leite de - Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves. 1897. Mapa Dialectológico do Continente Português. Portugal Dialectológico, precedido por una Classificação sumária das línguas. Lisboa: [s. n.]

Vasconcelos, José Leite de. 1901. Esquisse d'une Dialectologie Portugaise, tese de doutoramento na Universidade de Paris-Lisboa, Paris-Lisboa: Aillaud (depois publicada por Cintra, Maria Adelaide Valle. 1970 (3ª ed. 1987). Lisboa: INIC-Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (visível no site da Biblioteca Nacional Digital).

Vasconcelos, José Leite de. 1927. Linguagem de San Martín de Trevejo (Cáceres, Espanha). Revista Lusitana, XXVI, pp. 247-256.

Vasconcelos, José Leite de. 1928. Mapa Dialectológico de 1893-1897. In Vasconcelos, 1928b. p. 791-796.

Vasconcelos, José Leite de. 1928b. Opúsculos. IV. Filologia (parte II), Coimbra: Imprensa da Universidade.

Vasconcelos, José Leite de. 1933. Português dialectal da região de Xalma (Espanha). Revista Lusitana, XXXI, p. 166-275.

Vasconcelos, José Leite. 1939. Da fala de Barrancos. Boletim de Filologia, VI.

Vázquez Cuesta, Pilar - Luz, Maria Albertina Mendes da. 1961. Gramática Portuguesa. Madrid: Gredos, p. 43-76 (depois 1988. Lisboa: Edições 70).

Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves. 1973. Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise, d'après le dialecte actuelle de Lisbonne, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (visível no site da Biblioteca Nacional Digital).

Vilhena, Maria da Conceição. 1996. Herrera de Alcántara: Un falar em via de extinção. In Carrasco González - Viudas Camarasa. 1996. t. I, p. 309-331.

Vilhena, Maria da Conceição. 2000. Falares de Herrera e Cedillo. Mérida: Gabinete de Iniciativas Transfonterizas de la Junta de Extremadura.

